

IDENTIFICANDO O TEMA DA SUSTENTABILIDADE EM TEXTOS JORNALÍSTICOS: ANÁLISE INDICIÁRIA

Monica Filomena Caron¹
Gabriela Rosa Lopes²

Resumo:

Desde que o termo sustentabilidade foi criado, em reuniões governamentais internacionais do século XX, a mídia tem dado especial atenção ao tema, que se tornou recorrente nas notícias veiculadas, principalmente nas duas últimas décadas. Por esse motivo, objetivou-se analisar: as formas como são apresentadas as notícias a respeito do tema; o embasamento que ocorre na sua abordagem a partir das designações, abrangência, profundidade e alcance; as tendências e diversas manifestações ideológicas presentes no noticiar dos jornais Folha de São Paulo e O Estado de São Paulo. Para tanto, utilizou-se como metodologia de pesquisa o Paradigma Indiciário, descrito inicialmente por Ginzburg (1986), e que prevê a identificação e discussão de indícios, pistas, sintomas e singularidades. Foi possível perceber, a partir das análises, que o tema da sustentabilidade é tratado de forma negligente pelos jornais, pois deixa-se de lado (silencia-se) sobre importante contextualização para o entendimento adequado da parte do leitor e legitima-se a existência de interesses político-econômicos no trato do tema, priorizando-se algumas variáveis (em detrimento de outras), conduzindo o leitor a conclusões equivocadas, desrespeitando a necessária imparcialidade que o texto jornalístico deveria sustentar.

Palavras-chave: Sustentabilidade. Paradigma Indiciário. Discurso jornalístico. Grande mídia.

INTRODUÇÃO

Visando a contribuir para a compreensão do tema da sustentabilidade, cujo debate hodierno é diretamente influenciado pela urgência de se efetuar melhorias nos âmbitos social, econômico e ambiental, nos propomos a analisar de que modo sua discussão é desenvolvida no discurso midiático, escolhendo o jornalismo impresso como objeto de estudo, por conta de sua difusão e acessibilidade à

¹ Doutora em Linguística Aplicada ao Ensino/Aprendizagem de Língua Materna pela Universidade de Campinas. Professora do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Organizações e Sistemas Públicos da Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba, SP, Brasil. E-mail: mocar@ufscar.br

² Mestranda em Sustentabilidade na Gestão Ambiental pela Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, Brasil. E-mail: gabi_rosinha@hotmail.com



população que cerca nossa pesquisa. Entendemos que o modo como são tratadas as informações sobre um tema tem fundamental importância para a compreensão das opiniões que serão construídas sobre o tema e seus desdobramentos, ou seja, no caso específico do debate sobre o tema da sustentabilidade, se resultarão ou não em ações concretas em favor de crescimento econômico aliado à justiça social e à preservação de recursos/meios.

O presente artigo resulta dessa proposta e inicia-se com a apresentação de nossas bases teórico-metodológicas, que incluem os conceitos de sustentabilidade, discurso e discurso jornalístico. Após isso, são expostos os objetivos que nortearam a pesquisa, evidenciando-se a relevância da mesma. Na seção relativa à metodologia adotada na coleta e análise de dados, apresenta-se o Paradigma Indiciário e as condições de produção do corpus³ da pesquisa; ensejamos justificar nossas escolhas em função da adoção por esse paradigma, cuja perspectiva permite que nossa coleta se dê como individual, tão esclarecedora quanto pode ser um estudo de caso. Na sequência são apresentados e discutidos os principais resultados encontrados na pesquisa e resumidas as conclusões da pesquisa.

A palavra sustentabilidade foi criada na década de 1970, a partir de estudos sobre meio ambiente realizados pela Organização das Nações Unidas, motivados pelas grandes crises social e ambiental que o mundo enfrentava (GONÇALVES, 2005) e pela necessidade de que se alterassem as formas de exploração e distribuição dos recursos. Em 1991, galgou-se a interpretação mais difundida do termo, no Relatório de Brundtland, caracterizando-o como “aquele que responde às necessidades das gerações presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras atenderem suas próprias necessidades” (LIMA, 2003, p. 103), o que exige um esforço mundial em torno de diversas mudanças: melhor distribuição de renda (dando-se atenção maior aos mais pobres); desenvolvimento de novas tecnologias (de preferência as “limpas”, que não agridam o meio ambiente), com o

³ Segundo Charaudeau e Maingueneau (2004, p. 137), corpus designa o conjunto de dados que servem de base para a descrição e análise de um fenômeno. Na verdade, aqui há uma questão relativa ao modo como se entende o fazer ciência sobre textos. Diferentemente de pesquisas quantitativas, a pesquisa qualitativa pretende investigar fenômenos multifacetados e não dados estatísticos e/ou evidências laboratoriais. Nesse caso, por exemplo, poderíamos pensar ser possível outra pesquisa, na qual a leitura sistemática e diária do jornal teria sido dirigida única e exclusivamente para a presença da palavra “sustentabilidade”, tarefa que um computador seria capaz de realizar.

objetivo de contribuir para o crescimento econômico aliado à preservação do ambiente e dos patrimônios histórico e cultural (BARONI, 1992). Somado a isso, há a necessidade de que a mentalidade consumista, que se criou com o aumento da produção em massa, seja modificada nos indivíduos, para que se diminua a quantidade de resíduos descartados.

No que se refere à importância do passado em relação ao presente, Briggs e Burke (2006) trazem a história para o interior dos estudos da mídia, considerando a comunicação, no mundo ocidental, do século XV aos nossos dias. Segundo os autores, “o verbo ‘informar’, derivado do latim, originalmente significava em inglês e francês não somente relatar os fatos, o que poderia ser incriminador, mas ‘formar a mente’” (p. 188). Os autores tratam as mídias como instrumentos sociais, reflexos das sociedades, com as quais têm uma relação dialética, ou seja, os meios de comunicação podem ser transformados por seu público e também influenciá-lo.

A questão do discurso, por seu turno, como um “lugar social”, isto é, com existência dependente dos contextos histórico e social em que é produzido e das relações existentes entre os interlocutores e entre esses e os contextos (ORLANDI, 1987). A partir dessas características é que se pode analisar o discurso, ou seja, levando-se em consideração as “condições de sua produção”. A autora classifica o discurso de acordo com três diferentes tipos: o lúdico, o polêmico e o autoritário; o discurso jornalístico é enquadrado no segundo tipo, caracterizado pelo controle da polissemia e pela injúria, resultante do exagero.

Para Charaudeau (2007), aquele que informa ocupa um lugar social que lhe imputa credibilidade quanto à veracidade da informação transmitida e à responsabilidade dos sentidos por ele veiculados. Aquele que informa tem poder de comover o público, convencer e influenciar. A esse respeito, o autor diz que

o crédito que se pode dar a uma informação depende tanto da posição social do informador, do papel que ele desempenha na situação de troca, de sua representatividade para com o grupo de que é porta-voz, quanto do grau de engajamento que manifesta com relação à informação transmitida (CHARAUDEAU, 2007, p. 52).

A respeito das condições em que se produz o discurso, na circunstância de transmissão da informação, Charaudeau (2007) observa:

Já o discurso [...] resulta da combinação das circunstâncias em que se fala ou escreve (a identidade daquele que fala e daquele a quem este se dirige,

a relação de intencionalidade que os liga e as condições físicas da troca) com a maneira pela qual se fala. É, pois, a imbricação das condições extradiscursivas e das realizações intradiscursivas que produz sentido (2007, p. 40).

Abreu (2006) cita que Santos (1992) “igualmente vê na mídia uma mediação tanto interessada quanto interesseira do discurso ambiental”, e considera que o autor, quando fala sobre a intenção da grande mídia em abordar o tema da sustentabilidade, “[...] conduz, não raro, à doutorização da linguagem, necessária para ampliar o seu crédito, e à falsidade do discurso, destinado a ensombrecer o entendimento” (SANTOS apud ABREU, 2006, p. 67).

A mídia considerada tradicional por Costa (2009), (diferente da “nova mídia”, que pode ser praticada por qualquer indivíduo detentor da informação e que tenha acesso às tecnologias de difusão da mesma), contraria os princípios éticos do jornalismo ao publicar

[...] notícias unicamente de interesse imediato de pessoas, instituições ou empresas, advindas das mais diversas fontes e apresentadas sob uma única ótica e/ou enviesadas de deturpação, sem ouvir o outro lado, sem direito de resposta, sem a controvérsia, sem o contraditório – mesmo que a norma, enraizada em todos os manuais e em todos os procedimentos do jornalismo, mande reportar o contraditório (COSTA, 2009).

Costa (2009) também atenta para o fato de que o jornalismo tradicional enfrenta o desafio de concorrer com o jornalismo em tempo real, e ambos têm por premissa a pressa em transmitir a notícia, muitas vezes despreocupada com a contextualização ou mesmo com a veracidade. Contudo, ao contrário do que ocorre com o jornalismo online, a notícia transmitida por um jornal impresso que contém informações incorretas ou inexatas só poderá ser corrigida (quando o for) na próxima publicação, ou seja, no dia seguinte e, portanto, pode não ser acessível a todos que a leram inicialmente, fixando no leitor a informação inexata/errada, transmitida de forma apressada.

Nossa concepção de texto jornalístico leva em consideração esse importante papel da grande mídia, não somente como transmissora de fatos e informações, mas como instrumento de (des)conhecimento e influência sobre as massas, pois as práticas discursivas resultam de um complexo de relações com outras práticas discursivas e sociais e o discurso relaciona-se, simultaneamente, com suas regras de formação, com outros discursos e com as instituições sociais e o poder que elas expressam. O discurso jornalístico, como observa Romão (2006), conquistou o

status de principal e mais representativa narrativa da contemporaneidade e quatro características principais o definem, que são: é uma forma que o homem contemporâneo encontrou de lidar com o tempo e, sobretudo, de tentar dominá-lo; é uma forma de expressão colocada entre a história e a literatura; usa o suspense buscando criar uma espécie de sequência de capítulos e episódios que pretendem enfatizar a pergunta “O que vai acontecer amanhã?”; é uma dimensão ética da atividade. Assim, o jornalismo não reproduz fatos, mas revela versões possíveis sobre eles e, entre as principais características do jornalismo na atualidade, estão a fragmentação e a superficialidade. Destarte, ao contrário do que se pensa, não é neutro, pois - e de acordo com Ferrarezi e Romão (2006) - quando se transmite determinada notícia, automaticamente se está deixando de transmitir outras, há sempre uma notícia escolhida em detrimento de outras. A esse fenômeno Orlandi (1992) denomina “silêncio constitutivo”, que se distingue do silêncio local, que é o produzido pela censura.

1 METODOLOGIA: O PARADIGMA INDICIÁRIO

Como forma de subsidiar nossa análise do corpus apoiamo-nos no Paradigma Indiciário, tal como proposto por Ginzburg (1986), segundo o qual são reveladores os indícios e dados marginais contidos nos objetos investigados, que podem ser textos, fotografias, expressões, modelo de disposições, formato de detalhes específicos em pinturas, signos, etc. Esse paradigma consiste numa metodologia de pesquisa que busca pistas e indícios para se comprovar uma hipótese; pode ser comparado ao trabalho de detetives e médicos, que detectam sintomas/pistas para que possam ter propriedade ao formular um diagnóstico. O Paradigma Indiciário permite que os dados sejam analisados utilizando-se peculiaridades do pesquisador, como intuição, conhecimento de mundo e análise crítica. Ginzburg opõe o Paradigma Indiciário ao paradigma dominante da abstração/quantificação/reprodutibilidade das ciências físicas – que ele denomina galileano – ao paradigma da qualificação/individuação/irreprodutibilidade, do saber indiciário médico e policial, que associa ao conhecimento historiográfico.

Nossa análise incide sobre os elementos linguísticos, quais sejam, as designações utilizadas e a argumentação desenvolvida, buscando verificar o funcionamento de determinados discursos sobre a sustentabilidade e a produção de sentidos através de certas regularidades. Nesse sentido, os textos jornalísticos serão submetidos à uma análise linguística somada aos saberes científicos dos pesquisadores no que tange aos temas tratados nas reportagens analisadas, atentando-se às metáforas, às metonímias e aos deslocamentos de sentidos. Valorizaremos as especificidades de cada texto, reconhecendo, no entanto, o caráter indireto do conhecimento, exercitando a conjectura e a imaginação criativa durante a análise. Lembramos que, entre os procedimentos indicados por esse paradigma, constam a prática interpretativa interdisciplinar situada no âmbito da microanálise e o pluralismo documental, teórico e metodológico. Nesse sentido, refletimos sobre os textos jornalísticos escolhidos, as descrições de fatos cotidianos como composta de elementos indiciários, fazendo uso de nossos saberes acadêmico e cultural para refletir e levantar hipóteses sobre o tratamento do tema da sustentabilidade, admitindo a possibilidade de leituras distintas da nossa quanto a um mesmo texto/reportagem, pois as provas e possibilidades se entrelaçam e permitem versões alternativas.

2 CONSTITUIÇÃO DO CORPUS

Para o desenvolvimento da pesquisa optamos por desenvolver uma proposta que focasse exclusivamente em jornais de grande circulação no estado de São Paulo/SP. A coleta de textos foi orientada, inicialmente, por uma análise crítica e discussão do conceito de sustentabilidade, feita pela coordenadora do projeto com aluna orientanda, que diariamente realizou a leitura e coleta de textos, no decorrer de um ano e meio de trabalho, de o O Estado de São Paulo (de 8/Out./2007 a 16/Nov./2007) e da Folha de São Paulo (4/Jun./2009 a 10/Dez./2009). Foram coletados 184 textos, entre eles um caderno temático completo sobre meio ambiente.⁴ Para esse artigo, selecionamos alguns dos textos por nós investigado.

⁴ Também foram analisadas cinco propagandas que compuseram o Caderno Especial Meio Ambiente, já que, por fazerem parte de um caderno temático, falavam principalmente sobre sustentabilidade do ponto de vista ambiental.

Selecionamos quatro textos para apresentação, sendo que dois pertencem ao jornal O Estado de São Paulo, publicados em 10 de outubro e 2 de novembro de 2007, e dois ao jornal Folha de São Paulo, publicados em 2 de dezembro de 2009 e 23 de setembro de 2009.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O primeiro texto apresentado está inserido no caderno “Negócios” do jornal O Estado de São Paulo e fala sobre a iniciativa da ONG ambientalista Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem (SPVS) de incentivar empresas e pessoas físicas a adotarem áreas de mata de araucária nativas do Paraná, que são ameaçadas pela especulação imobiliária, expansão da agricultura e atividades de madeireiras. A proposta é que as áreas sejam adotadas como forma de compensar o gás carbônico emitido, principalmente por empresas em suas atividades, direta ou indiretamente, prática denominada de “carbono neutro”. Essa adoção é feita através do pagamento a donos de terras que possuem essas áreas de vegetação nativa para que eles as mantenham intactas. Ao utilizar o termo “a onda do ‘carbono neutro’” no trecho “De acordo com Clóvis Borges, diretor da SPVS, a ideia é aproveitar a onda do ‘carbono neutro’ para sensibilizar as empresas e angariar fundos para a conservação das áreas de floresta que ainda restam” (VIALLI, 2007, p. B14), o texto veicula o sentido de que é natural que a intenção das empresas, apesar de urgente, não seja agir em prol da diminuição dos gases de efeito estufa, mas, sim, compensar o que já é emitido, ou seja, leva a crer que as empresas não estão dispostas a adotar ou desenvolver novas tecnologias para diminuir seu papel na contribuição das mudanças climáticas globais, assim como isso é natural.

O sentido de “socialmente justo”, inerente aos ideais de desenvolvimento sustentável, é usado no início do texto, em que se encontra uma caixa com os dizeres “projetos sociais”, definido por ser aquele que “auxilia no orçamento do pequeno produtor” que o projeto de adoção dessas áreas verdes tem, já que é pago para que eles mantenham essas áreas intocadas. Contudo, ao se impedir que essas áreas tenham sua vegetação suprimida por madeireiros, especulação imobiliária e agricultura, e se incentivar sua adoção por empresas que obterão uma imagem positiva a respeito de sua preocupação com o meio ambiente, apenas se está transferindo a forma como o recurso é explorado e é possível inferir, portanto, que a

preservação só ocorre porque seu alvo é encarado como mercadoria. Por fim, a própria inserção do texto no caderno de Negócios do jornal já demonstra os interesses que estão por trás da preservação dos recursos naturais. Não há realmente a preocupação com as mudanças climáticas que são geradas com a supressão de vegetação, com os impactos na fauna, na flora e no ambiente abiótico, no aumento de espécies ameaçadas e no desaparecimento das mesmas. O que se objetiva é pura e somente o lucro.

O texto “Conservar áreas já existentes é uma ação mais imediata, prevista pelo Protocolo de Kyoto” (VIALLI, 2007, p. B14) inicia com a fala do diretor da SPVS. Nele, o leitor não tem qualquer tipo de explicação sobre o que é esse protocolo, quais são seus objetivos, o que abrange, quem abrange, entre outros questionamentos que possam surgir. Ao agir dessa forma, o jornal demonstra que enxerga que não pertence a suas atribuições a construção do conhecimento. Não há também qualquer preocupação em se ocultar que os recursos naturais intocados são encarados como um meio de se obter lucro. Isso é reforçado no trecho “Para o Grupo Positivo, a manutenção de áreas verdes também é eficiente em termos de imagem: ‘Para nós é importante manter essas áreas, pois servem tanto a propósitos educacionais quanto em retorno de imagem’, diz Giem Guimarães, diretor da Posigraf” (VIALLI, 2007, p. B14). Outra pista é dada levando-se em conta que tanto os detentores das áreas adotadas quanto as empresas que as adotam têm lucro com sua preservação: os primeiros a partir dos investimentos feitos pelas empresas e os últimos a partir da associação de seu nome a ações ambientalmente sustentáveis e, por consequência, a preferência dos clientes por tal marca.

Com relação ao texto “Lista de flora ameaçada de extinção está parada há dois anos”, sua análise pode ser iniciada pela constatação de um indício extremamente importante para apontar a superficialidade com que o tema da extinção das espécies é tratado na grande mídia: o texto é o único do corpus que fala sobre ameaças de extinção e foi publicado no jornal O Estado de São Paulo, apesar da mundial e crescente importância nas últimas décadas.

É possível verificar, no conteúdo do texto, o apontamento de que há outros entraves mais graves à conservação da biodiversidade: o texto trata da resistência do próprio Ministério do Meio Ambiente (MMA) em aceitar uma nova lista de espécies nativas ameaçadas de extinção, alegando que os números divulgados

estão além da realidade e não possuem bases científicas significativas, apesar de a lista ter contado com aproximadamente trezentos especialistas em sua elaboração. Segundo o texto,

a primeira versão foi entregue ao MMA em dezembro de 2005, com 1537 espécies. O ministério discordou do trabalho. Queria aprovar apenas 400 espécies [...]. Uma nova versão, com 42 espécies a menos, foi submetida ao MMA no início de setembro deste ano. Mas o ministério ainda se recusa a aprova-la, segundo Gláucia. A justificativa seria que a lista não tem respaldo científico suficiente (ESCOBAR, 2007, p. A20).

Considerando-se que “A elaboração da lista de flora, segundo Gláucia, custou R\$ 400 mil” (ESCOBAR, 2007, p. A20), o entrave representa, no mínimo, gastos desnecessários por parte do governo, já que o mesmo financia o projeto e depois impede sua validação e questiona seus resultados, segundo depreende-se da leitura da notícia.⁵ Na verdade, trata-se de mais um atraso à conservação da biodiversidade, pois com números tão abaixo da realidade, inúmeras espécies excluídas da lista deixarão de ser priorizadas em financiamentos de pesquisa e conservação, o que as levará mais rapidamente à extinção. Além disso, áreas que possuem as espécies consideradas como “fora de perigo”, pelo governo, não serão consideradas prioritárias para a criação de Unidades de Conservação.

Evidencia-se o fato de que os embates em questões ambientais se tornaram comuns no Brasil, tratados como naturais principalmente pelo fato de a economia do país ainda ser em grande parte baseada na atividade agropecuária. Ambientalistas definem os ruralistas como os grandes responsáveis pela rápida destruição dos ecossistemas, e estes acusam aqueles de defenderem o retrocesso no desenvolvimento econômico e social.

O trecho

Acho que eles se assustaram um pouco [com o número de espécies], avalia o biólogo Paulo Takeo Sano, da Universidade de São Paulo, USP, um dos

⁵ Dez meses depois, a notícia da assinatura pelo então ministro do MMA, Carlos Minc da Instrução Normativa que oficializa uma nova lista foi divulgada na página virtual do MMA. Essa lista considera apenas 472 espécies como ameaçadas de extinção, e o MMA alega que existe outra lista elaborada pela Fundação Biodiversitas, com 1079 espécies, que não foram incluídas na lista original por falta de dados a respeito. Para dar ênfase à importância da divulgação da nova lista, a autora do texto jornalístico destaca que a antiga (do ano de 1992) possuía quatro vezes menos espécies que a atual (MMA, do ano de 2008), o que é um indício de que a intenção que se tem – na matéria veiculada – é dar a ideia de que a nova lista representa um grande avanço.

coordenadores de elaboração da lista. Ele suspeita que haja interesses políticos e econômicos contra a publicação da relação [...] (ESCOBAR, 2007, p. A20, grifo nosso).

Pode ser relacionado a essa discussão, pois apresenta um conflito de interesses entre ruralistas e ambientalistas, quando fala que o biólogo “suspeita que haja interesses políticos e econômicos contra a publicação da relação” (ESCOBAR, 2007, p. A20), já que a concretização de uma lista com tantas espécies poderia representar obstáculo aos avanços do agronegócio. No entanto, quando se analisa a forma como a frase é colocada, pode-se detectar um indício de silenciamento, tal como este conceito - importante recurso linguístico - é proposto por Orlandi (1992), no termo “suspeita”, pois quem suspeita não pode afirmar com exatidão, por não possuir provas. Não se sabe, pela construção do texto, se o termo (suspeita) foi realmente utilizado pelo biólogo ou se foi escolhido pelo próprio veículo de informação. O que pode ser afirmado é que, dessa forma, o jornal se isenta de conteúdo acusatório direto, apesar de deixar claro que degradação e perda de habitat são as principais ameaças à manutenção das espécies.

Outro ponto a salientar é a falta de contextualização do tema da extinção. Não se resgata, em nenhum momento, textos anteriormente publicados sobre o assunto. Além disso, não se fala sobre a importância de se preservar espécies ameaçadas, o que dá a impressão de ser esse um assunto pura e exclusivamente de cunho científico. Isso nos leva a crer, logo, que o jornalismo impresso não é realmente uma fonte de informação. Observando-se as falhas no texto reforça-se a necessidade de se questionar o papel da grande mídia como fonte de informação. Uma delas é a inconsistência de dados numéricos apresentados na reportagem sobre a quantidade de espécies que se encontra classificada como “criticamente em perigo” (ao longo do texto, o número falado é de 297 e, em um quadro destacado e com letras em tamanho maior, apresentado na mesma página, fala-se em 286, ou seja, 9 a menos).

Foi posicionado no meio do texto principal um texto menor, que fala sobre os peixes da Europa que estão ameaçados de extinção (quase metade da quantidade total de espécies). De acordo com o texto, “muitas das espécies em perigo não são consideradas carismáticas nem têm valor aparente para as pessoas” (ESCOBAR, 2007, p. A20). Utiliza-se o termo “espécies carismáticas”, afirmando-se que os

peixes ameaçados não o são e, em nenhum momento é explicado o significado do termo ao leitor que pressupõe-se ser leigo no assunto. Também silencia-se, no texto, sobre as plantas que podem ser classificadas como espécies carismáticas, o que pode demonstrar um desinteresse, do próprio jornal, na concretização da conservação. Mais do que isso, quando se refere às ameaças de extinção a peixes na Europa, inclui países “ricos” no contexto de degradação, o que pode passar a impressão ao leitor de um erro “perdoável”, já que até países desenvolvidos o cometem.

Pode-se antever a polêmica quanto ao tema da extinção quando se atenta aos órgãos envolvidos no embate a respeito da lista de espécies ameaçadas: IBAMA, MMA e Fundação Biodiversitas (que possui respaldo científico). Todos esses órgãos deveriam estar caminhando juntos para a conservação dos recursos naturais, mas o MMA parece estar tomando o rumo contrário dos demais, segundo o jornal, quando deveria facilitar os trâmites e o diálogo.

O jornal, por sua vez, parece não se preocupar em situar o leitor no contexto da notícia (histórico do entrave e presença de termos técnicos no texto). Permite-se cometer erros (dados inconsistentes são apresentados em diferentes partes do texto) e fazer comparações da nossa situação com a de países ricos e desenvolvidos, mostrando que eles também enfrentam o mesmo problema. Isso pretenderia sinalizar que estamos nos tornando iguais a eles também no que se refere ao progresso e ao desenvolvimento?

O texto “Carro flex lidera entre os que menos poluem” inicia-se falando que “a nova versão da Nota Verde, divulgada ontem pelo Ministério do Meio Ambiente para estimular a compra de veículos menos poluentes no país, destaca os carros flex, únicos com pontuação máxima, de cinco estrelas [...]” (SALOMON, 2009, p. C1). Esse parâmetro de avaliação (Nota Verde) foi lançado pelo MMA em setembro de 2009 e, na ocasião, considerava as emissões veiculares (resultantes da combustão de gasolina ou etanol) de monóxido de carbono, hidrocarbonetos e óxidos de nitrogênio, poluição geradora de um problema de saúde pública, aumentando os casos de complicações respiratórias e o smog fotoquímico, no caso das duas últimas substâncias químicas (CETESB, 2008). Após pressões das montadoras, no entanto, o gás carbônico passou a ser considerado nos cálculos da Nota Verde, no mesmo ano. Com isso, veículos bicombustíveis, que antes tinham sido reprovados,

passaram a ser considerados os menos poluentes, já que a cana-de-açúcar é considerada um “sequestrador” de CO₂ atmosférico, ou seja, o gás carbônico produzido por esses veículos é proporcional à extensão de monoculturas canavieiras, as quais retiram esse gás da atmosfera.

O IBAMA disponibilizou, desde então, uma ferramenta de consulta em sua página na internet que permite que o consumidor escolha o modelo mais “ecologicamente correto”, de acordo com a nota que recebeu após os testes realizados pelo mesmo órgão.

Como no texto é apontado, “os carros flex, mesmo a álcool, também emitem CO₂, mas o governo considerou que as plantações de cana capturam gás carbônico da atmosfera, o que torna neutro seu efeito sobre o aquecimento global” (SALOMON, 2009, p. C1), o que justificaria o uso do etanol como combustível “ecologicamente correto”, além de representar uma alternativa aos combustíveis fósseis, que aumentam as emissões de CO₂ atmosférico. No entanto, Langowski (2007) enumera impactos sociais e ambientais provenientes da expansão das fronteiras agrícolas dessa gramínea, entre os quais: diminuição de plantações de gêneros alimentares (expansão econômica em detrimento de igualdade social); expansão de monocultura como agravante de concentração de posse de terras; desmatamentos; contaminação dos corpos d’água pelo carreamento de fertilizantes e herbicidas; erosão do solo de áreas marginais; contribuição para o efeito estufa por eliminação de gases durante a queima da palha da cana na colheita (também provoca problemas de saúde pública) – prática que vem sendo combatida, mas que não se extinguiu; e geração de vinhaça. No entanto, o texto jornalístico e a Nota Verde ao que o mesmo indica, só consideram aspectos positivos da utilização do etanol combustível, o que nos permite formular a hipótese de que os interesses econômicos são privilegiados nas decisões governamentais, em detrimento dos aspectos ambientais.

Já no subtítulo do texto (“De 500 modelos novos de automóveis, só 22, todos bicombustíveis, receberam cinco estrelas em avaliação do Ministério do Meio Ambiente”), pode-se verificar o caráter estritamente econômico da notícia, que cita muitos números, como se fossem esses realmente os principais parâmetros, e não a promoção da sustentabilidade. No primeiro parágrafo do texto do jornal há mais um indício que reforça nossa hipótese: a Nota Verde máxima, segundo o texto, é dada

aos veículos menos poluentes, no entanto, no texto menciona-se que ela foi dada apenas a carros flex (bicombustíveis), independentemente de estes estarem utilizando gasolina ou etanol como combustível principal. Ora, se combustíveis fósseis emitem maior quantidade de CO₂ na atmosfera (SOUZA, 2007), como pode a utilização desses mesmos combustíveis ter sido responsável pela nota máxima atribuída a alguns automóveis, já que o CO₂ é um parâmetro considerado no cálculo da nota?

Outro indício congruente à hipótese da pesquisa está presente na fala atribuída a um empresário ligado a um dos setores econômicos interessados (o texto não explicita se o empresário é ligado ao ramo sucroalcooleiro ou à indústria automobilística), no trecho “[...] o ranking atual é uma boa notícia, mas não corrige o problema causado pelo anterior. ‘Não corrige, porque aquela notícia teve uma repercussão negativa internacional enorme’” (SALOMON, 2009, p. C1). O empresário refere-se, em sua fala, aos parâmetros considerados na primeira edição da Nota Verde, que reprovaram os veículos leves bicombustíveis, o que proporcionou um marketing negativo a essa categoria automotiva. Mais uma vez, uma pista é dada de que os interesses econômicos são os únicos que realmente são considerados, já que a Nota Verde foi reformulada e passou a privilegiar os carros bicombustíveis, estimulando seu consumo.

Na época em que a notícia foi publicada (dezembro de 2009), a Nota Verde não considerava motocicletas e veículos movidos a diesel. Esses últimos são classificados como “pesados” (caminhões, micro-ônibus e ônibus, vans e caminhonetes), que representam uma parcela considerável da frota do país: no estado de São Paulo, em dezembro de 2007, eram cerca de 1,077 milhão dos 16,9 milhões totais de veículos (cerca de 6,4%) (CETESB, 2008). Em notícia adjacente à analisada (“Uso de álcool em carro flex terá incentivo”), no entanto, o então Ministro do Meio Ambiente (Carlos Minc) fala que “a ideia é incluir motos e veículos pesados na classificação, que também consideraria mais um poluente, o dióxido de enxofre” (SALOMON, 2009, p. C1). Ao acessarmos a ferramenta do IBAMA em seu site, atualmente, percebe-se que a promessa nunca foi cumprida, já que só se fala em “carros” e os modelos a serem escolhidos na ferramenta são apenas os leves. Além disso, a consideração das emissões de dióxido de enxofre na Nota Verde também não ocorreu. É de se questionar, portanto, que a Nota Verde seja atribuída apenas a

veículos leves, já que os pesados são mais poluentes e liberam grandes quantidades de material particulado (além de SO_x, que provoca a chuva ácida), também prejudicial ao sistema respiratório (LOUREIRO, 2005). Mais uma vez, pode-se notar a prevalência dos interesses da indústria sucroalcooleira, em detrimento dos interesses ambientais.

O texto “China supera EUA em cúpula climática” fala sobre um encontro entre diversos países, organizado pela ONU, que teve como objetivos discutir o aumento do efeito estufa e o aquecimento global por ele gerado e, principalmente, definir metas a serem seguidas pelos maiores emissores mundiais de gases estufa. À primeira vista, pode-se imaginar pelo título da notícia que a China realizou algum feito grandioso durante a cúpula, principalmente pelo fato de usar o termo “supera” e, mais do que isso, a superação foi sobre os Estados Unidos, país que detém maior poder (econômico, de decisões, etc.) mundialmente. O título pode induzir o leitor à conclusão de que a China tem feito mais avanços que os Estados Unidos, com relação à diminuição de emissão de gases estufa. No entanto, mais à frente pode-se perceber que a dita “superação” se resume, ainda, a meras propostas: “presidente Hu Jintao anuncia medidas antiaquecimento um pouco mais concretas que promessas de Barack Obama na ONU”(DÁVILA, 2009, p. A16). Portanto, pode-se entender por “superação” como sendo a China a única dentre os dois países que anunciou medidas a serem tomadas, e não que foi alcançado o real progresso de ações já implantadas.

Um recorrente aspecto que detectamos, ao longo de nossas análises, é a falta de comprometimento do jornalismo impresso com a informação fiel e sua contextualização. O texto aqui analisado não foge a essa regra quando o jornal trata da diminuição das emissões de gases estufa através de porcentagens e dados vagos, como nos seguintes trechos: “o premiê japonês, Yukio Hatoyama, reafirmou sua intenção de cortar 25% das emissões até 2020 em relação a 1990”; e “a China tomará quatro decisões, disse Hu: cortar a emissão de gases-estufa por uma ‘margem notável’ até 2020, em relação aos níveis de 2005; [...] aumentar o uso de combustíveis ‘limpos’ para 15% do total em 2020” (DÁVILA, 2009, p. A16).

Tais dados não especificam até que ponto as diminuições serão efetivas para a qualidade do clima. Além disso, há uma fala de Barack Obama destacada, que diz o seguinte: “desconforto não é desculpa para inação e nós não podemos permitir

que o perfeito seja inimigo do progresso” (DÁVILA, 2009, p. A16). Não fica explícito, nem na fala destacada ou tampouco ao longo do texto, quais seriam os significados de “perfeito” e “progresso”.

A retratação do embate entre China e Estados Unidos também faz com que, ao longo do texto, os demais países permaneçam como coadjuvantes do evento. Não se sabe se essa foi a real situação. Sabe-se, sim, que os dois países são os maiores emissores de gases estufa, mas não fica claro a partir do texto até que ponto eles foram os principais atuantes na cúpula. Aliás, a esse respeito, o primeiro parágrafo refere-se ao presidente da China como aquele que “ofuscou a estrela do evento, o americano Barack Obama” (DÁVILA, 2009, p. A16). Percebe-se, a partir da utilização do termo “estrela”, que o jornal não dá importância realmente ao assunto que foi tratado no evento, e sim para a presença de Barack Obama no mesmo. Por lógica, quem deveria ser o personagem principal da cúpula é aquilo que o motivou: a necessidade de tomada de decisões que forcem países emissores de gases estufa a diminuir suas emissões. Na verdade, o que pode ser detectado no texto é que nenhum dos países está realmente interessado em diminuir suas emissões, pois isso implicará também em diminuição da produção, a partir dos seguintes trechos: “mas admitiu [Barack Obama] que mais avanços dependem da agenda doméstica, e essa está encalacrada por conta da polemica da reforma do sistema de saúde pública” e

Nada disso, avisou [o presidente da China], será realizado se o custo for uma queda no desenvolvimento social: ‘Devido ao baixo nível de desenvolvimento e à escassez de capital e tecnologia, países em desenvolvimento têm capacidade e meios limitados para lidar com mudança climática (DÁVILA, 2009, p. A16).

As pistas estão presentes em diversas passagens, como no anúncio (acima apontado) feito pelo Japão de que irá diminuir em 25% suas emissões até o ano de 2020, tendo como referência as emissões quantificadas no ano de 1990. Certamente, ao longo de dezenove anos (entre 1990 e 2009, quando foi feita a proposta) as emissões do Japão aumentaram, já que o país não parou de crescer. Dados do Consulado Geral do Japão no Rio de Janeiro (2005) indicam que, entre 1990 e 2003 o país aumentou em 8% suas emissões. Esse é um claro indício do

que queremos provar: não há a real preocupação com a diminuição das emissões, quando isso implica em desacelerar o crescimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossas análises dos textos publicados nos jornais O Estado de São Paulo e Folha de São Paulo permitiram concluir que nos textos jornalísticos não houve, no período de nossa coleta, contextualização ao leitor, de forma clara e precisa, do tema da sustentabilidade ou a ele tangente; os textos jornalísticos são negligentes pois incipientes as abordagens que fazem dos temas que envolvem a discussão sobre a sustentabilidade e a permeiam ou deveriam permear.

Por assumir um caráter fragmentado, o jornalismo impresso atual parece não se sentir na obrigação de informar o leitor, apenas de cumprir com seu papel de transmissor de fatos. Desse modo, essa mídia deixa de cumprir com o papel de formar um leitor consciente, crítico e a favor da promoção da sustentabilidade. Alguns poderiam argumentar que este não é o papel da mídia, mas questionamos o perigo de não nos atentarmos para as intenções na forma como as notícias são transmitidas à população, repletas de outros sentidos, dizeres, ideologias diversas.

Quando se trata de sustentabilidade, aliás, parece imperar interesses político-econômicos no trato do tema, não sendo priorizados assuntos relacionados a lixo, poluição, qualidade de vida, valorização do idoso, do trabalhador, da criança, da história, do patrimônio, etc. Ao contrário, parece ser tratado como algo natural e absolutamente aceitável o fato de que os custos de quaisquer projetos, e os lucros deles auferidos, é que devem ser os termômetros para todas as decisões que países, pessoas e/ou organizações venham a tomar. Os fatos e elementos relacionados à conservação das espécies (animais, vegetais e/ou minerais), inclusive, são pouco abordados e os contextos de inserção desses são desprezados, como se não fossem componentes importantes para o entendimento das notícias veiculadas.

Em suma, acredita-se que os veículos de comunicação e os governos devem começar a encarar a sustentabilidade como um ideal a ser alcançado com urgência, tendo em vista os grandes e graves problemas sociais, ambientais e econômicos da

atualidade. O jornalismo deve cumprir seu papel primário de informador, mantendo o leitor/espectador sempre atualizado e a par do contexto do que lê/vê; os governos, por seu lado, devem encarar as questões ambiental, social e cultural como necessidades, e não apenas como cifras ou porcentagens, como atualmente o tema sustentabilidade tem sido tratado, conforme nossa pesquisa retrata. Nossa reflexão indica que as crescentes e atuais abordagens, no texto jornalístico, do conceito de sustentabilidade, devem estar mais atentas aos seus desdobramentos.

IDENTIFYING THE THEME OF SUSTAINABILITY IN JOURNALISTIC TEXTS: CIRCUMSTANTIAL ANALYSIS

Abstract

Since the term sustainability was created in governmental international meetings of the twentieth century, the media has paid special attention to the issue which became current reports, mainly in the two last decades. For this reason, the aim of this paper is to analyze how the news on this topic has been presented and what the base of its approach is, identifying possible trends and/or influences present in the act of reporting. For both, it was used as a research method the evidentiary paradigm, described initially by Ginzburg (1986), and that provides identification and discussion of clues, symptoms and singularities. These may show trends of the newspapers analyzed - Folha de São Paulo and o Estado de São Paulo. It was possible to realize, from the analyses, that the issue of sustainability is treated negligently by newspapers, leaving aside important context for the proper understanding of the part of the reader. There was also the identification of clues that refer to strong political-economic interests throughout the texts, prioritizing some themes over others and leading the reader to certain erroneous conclusions, which is beyond the goal of fairness in which journalism is based.

Keywords: sustainability. Evidentiary paradigm. Journalistic discourse. Journalistic trends. Big media.

IDENTIFICANDO EL TEMA DE LA SUSTENTABILIDAD EN TEXTOS PERIODÍSTICOS: ANÁLISIS INDICIARIO

Resumen

Desde que se creó el término “sostenibilidad” en reuniones gubernamentales internacionales del siglo XX, los medios de comunicación han dado mucha atención al tema, que se tornó recurrente en las noticias transmitidas, principalmente en las últimas décadas. Por esta razón, se estableció como objetivo analizar la manera como las noticias sobre el tema han sido presentadas; la fundamentación ofrecida para abordarla a partir de las designaciones, alcance y profundidad; las tendencias y diversas manifestaciones ideológicas presentes en el acto de comunicar por parte de los diarios Folha de São Paulo y O Estado de São Paulo. Para ello, se utilizó como metodología de investigación el Paradigma Indiciario, descrito inicialmente por Ginzburg (1986), proporcionando la identificación de indicios, pistas, síntomas y singularidades. Fue posible ver, a partir del análisis, que el tema es tratado de manera negligente por los periódicos, dejando de lado (silenciando) importantes contextualizaciones para la completa comprensión por parte del lector. Se identificó también pistas que remiten a fuertes intereses político-económicos a lo largo de los textos, priorizando algunas variables en detrimento de otras y llevando al lector a conclusiones equívocas, que se alejan del objetivo de imparcialidad en que el periodismo se basa.

Palabras clave: Sostenibilidad. Paradigma Indiciario. Discurso periodístico. Medios de comunicación de masa.

REFERÊNCIAS

ABREU, M. S. **Quando a palavra sustenta a farsa**. Florianópolis: UFSC, 2006.

BARONI, M. Ambiguidades e deficiências do conceito de desenvolvimento sustentável. **Revista de Administração de Empresas**, v. 32, n. 2, p. 14-24, abr./jun.1992.

BRIGGS, A.; BURKE, P. Informação, educação, entretenimento. In: **Uma história social da mídia: De Gutenberg à Internet**. Trad. de Maria Carmelita Pádua Dias. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006. p. 188-265.

CETESB. São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://www.cetesb.sp.gov.br/ar/emissao-veicular/9-introducao>>. Acesso em: 25 abr. 2011.

CHARAUDEAU, P. O que quer dizer informar: dos efeitos de poder sob a máscara do saber. In: **Discurso das mídias**. Trad. de Angela S. M. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2007.

CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. **Dicionário de Análise do Discurso**. Trad. de Fabiana Komesu. São Paulo: Contexto, 2004. 555p.

CONSULADO Geral do Japão no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <<http://www.rio.br.emb-japan.go.jp/japanbrief/sociedade/jb517.htm>>. Acesso em: 26 jun. 2011.

COSTA, C. T. Ética e mídia. In: **Cultura das transgressões: visões do presente**. São Paulo: Saraiva, 2009. 168p. Disponível em: <<http://caiotulio.com/etica-e-midia/>>. Acesso em: 12 out. 2011.

FERRAREZI, L.; ROMÃO, L. M. S. O discurso jornalístico sobre a morte de Dorothy Stang: a textualização nas páginas da Revista Veja. **Achegas.net**, v. 30, p. 1-27. 2006.

GINZBURG, C. Sinais: Raízes de um paradigma indiciário. In: **Mitos, Emblemas, Sinais**. Trad. de Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1986. p. 143-179.

GONÇALVES, D. B. Desenvolvimento sustentável: o desafio da presente geração. **Revista Espaço Acadêmico**, ano V, n. 51, p. 1-7, ago. 2005.

LANGOWSKI, E. SECRETARIA do Meio Ambiente do Governo do Estado de São Paulo. São Paulo, 2007. Disponível em: <http://homologa.ambiente.sp.gov.br/etanolverde/saibaMais/artigos/impactosAmbientais/efeitosDaQueimaDeCana.pdf> >. Acesso em: 25 abr. 2011.

LIMA, G. C. O discurso da sustentabilidade e suas implicações para a educação. **Ambiente & Sociedade**, v. 6, n. 2, p. 99-119, dez. 2003.

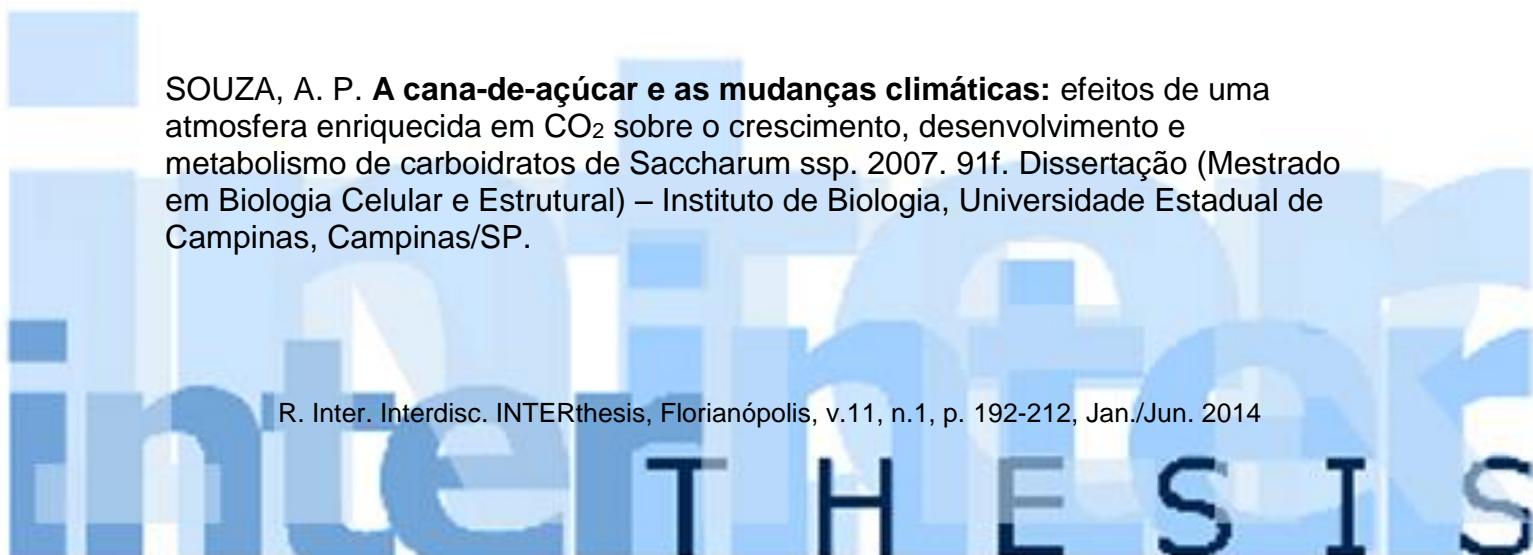
LOUREIRO, L. N. **Panorâmica sobre emissões atmosféricas** – Estudo de caso: Avaliação do inventário de emissões atmosféricas da Região Metropolitana do Rio de Janeiro para fontes móveis. 2005. 163f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Planejamento Energético) – Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

ORLANDI, E. P. **A linguagem e seu funcionamento**: as formas do discurso. Campinas: Pontes, 1987.

ORLANDI, E. P. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.

ROMÃO, L. M. S. O jogo da memória e a atualização de sentidos no discurso jornalístico. **Revista Letras**, Campinas, v. 5, n. 2. 2006.

SOUZA, A. P. **A cana-de-açúcar e as mudanças climáticas**: efeitos de uma atmosfera enriquecida em CO₂ sobre o crescimento, desenvolvimento e metabolismo de carboidratos de *Saccharum ssp.* 2007. 91f. Dissertação (Mestrado em Biologia Celular e Estrutural) – Instituto de Biologia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP.



REFERÊNCIAS DOS TEXTOS JORNALÍSTICOS ANALISADOS

DÁVILA, Sérgio. China supera EUA em cúpula climática. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 23 set. 2009. Caderno Ciência, p. A16.

ESCOBAR, Herton. Lista de flora ameaçada de extinção está parada há dois anos. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 2 nov. 2007. Caderno A20.

SALOMON, Marta. Carro flex lidera entre os que menos poluem. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 2 dez. 2009. Caderno Cotidiano.

VIALLI, Andrea. Empresas “adotam” áreas verdes. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 10 out. 2007. Caderno Negócios, p. B14.

Artigo:

Recebido em Outubro de 2013.

Aceito em Março de 2014.

